



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638749 - RS (2021/0002225-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : NAIANA RICK TEIXEIRA
ADVOGADO : NAIANA RICK TEIXEIRA - RS065935
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RODRIGO FELIX LEANDRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO FELIX LEANDRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (*Habeas Corpus* n. 5069902-47.2020.8.21.7000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese do crime de tráfico de drogas, com fundamento na necessidade de garantia da ordem pública.

A impetrante sustenta a inidoneidade do motivo apresentado para justificar a segregação cautelar do paciente, ao argumento de que é possuidor de condições pessoais favoráveis e que sua liberdade não acarreta risco algum para a ordem pública. Alega que a gravidade abstrata do delito não justifica o encarceramento provisório.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, colhe-se do acórdão impetrado que a prisão preventiva do paciente encontra-se justificada pela gravidade concreta do crime praticado, especialmente considerada a quantidade e a natureza da droga apreendida, acompanhada de petrechos relacionados à atividade de tráfico de drogas.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente